



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO DO OESTE
CNPJ: 04.695.284/0001-39

LEI Nº 3.032, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2025.

**"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE
ESPIGÃO DO OESTE PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE
2026".**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO DO OESTE**, estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso IV da Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Espigão do Oeste para o exercício financeiro de 2026, compreendendo:

I. O Orçamento Fiscal, referente aos Poderes Executivo e Legislativo do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II. O Orçamento da Seguridade Social abrangendo todas as entidades e órgãos a eles vinculados, da Administração Municipal Direta e Indireta, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

§1º. O Orçamento do Município de Espigão do Oeste constitui-se em peça orçamentária única, compreendendo todas as receitas e despesas para exercício financeiro de 2026.

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 2º. O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Espigão do Oeste, em obediência ao princípio do equilíbrio das contas públicas de que trata a Lei Complementar nº 101/2000, art. 1º, §1º, fica estabelecido em igual valor entre a receita estimada e a soma das despesas autorizadas acrescida da reserva de contingência.

SEÇÃO I

DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 3º. A Receita Orçamentária a preços correntes é estimada em R\$ 188.509.434,00 (cento e oitenta e oito milhões, quinhentos e nove mil, quatrocentos e trinta e quatro reais) desdobrada nos seguintes agregados:

I. O Orçamento Fiscal, em R\$ 152.115.756,00 (cento e cinquenta e dois milhões, cento e quinze mil e setecentos e cinquenta e seis reais), e;

II. O Orçamento da Seguridade Social em R\$ 36.393.678,00 (trinta e seis milhões trezentos e noventa e três mil e seiscentos e setenta e oito reais). Art. 4º - A Receita do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social decorrerá através da arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital na forma da Legislação vigente e das especificações constantes no Anexo Nº 2.a Receita Segundo as Categorias Econômicas, desta lei.

SEÇÃO II DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 5º. A Despesa Orçamentária Total, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 188.509.434,00 (cento e oitenta e oito milhões, quinhentos e nove mil, quatrocentos e trinta e quatro reais), por órgão e função, apresentando o desdobramento nos seguintes agregados:

I. O Orçamento Fiscal em R\$ 139.033.993,00 (cento e trinta e nove milhões, trinta e três mil e novecentos e noventa e três reais), e;

II. O Orçamento da Seguridade Social em R\$ 49.475.441,00 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil e quatrocentos e quarenta e um reais).

Parágrafo único. Do montante fixado no inciso II deste artigo, a parcela de R\$ 13.081.763,00 (treze milhões, oitenta e um mil e setecentos e sessenta e três reais) será custeada com recursos do orçamento fiscal.

Art. 6º. A Despesa será realizada de acordo com as discriminações constantes nos Anexos Nº 2.b Consolidação Geral por Natureza de Despesa, à conta de recursos próprios, transferências constitucionais e voluntárias, da Administração Direta e Indireta, Fundos e Autarquias.

CAPÍTULO III DA APRESENTAÇÃO E ALTERAÇÃO DO ORÇAMENTO

SEÇÃO I DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 7º. Fica o Poder Executivo autorizado a desdobrar a receita orçamentária até o nível solicitado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rondônia para acompanhamento da execução do

orçamento.

Art. 8º. A despesa autorizada e apresentada por órgão e unidade orçamentária, são dispostas em dotações orçamentárias atribuídas a créditos orçamentários, organizados pela classificação da despesa funcional, de estrutura programática e natureza da despesa até o nível de elemento da despesa e seus respectivos desdobramentos.

Parágrafo único. Fica autorizado ao Poder Executivo e ao Legislativo, para fins de execução orçamentária, criar, transferir valores ou extinguir desdobramentos à classificação orçamentária da despesa por elementos de despesa.

SEÇÃO II

DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO

Art. 9º. A Despesa total, fixada por órgão e função, está definida nos Anexo Nº 09 Demonstrativo das Despesas por Órgão e Funções de Governo, desta Lei.

SEÇÃO III

DA AUTORIZAÇÃO E DOS LIMITES PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 10. No curso da execução orçamentária fica autorizado a abertura de crédito adicionais suplementares de dotações orçamentárias:

§1º. De uma mesma categoria econômica, ou de uma categoria econômica para outra, dentro da mesma unidade orçamentária ou de uma unidade orçamentária para outra, de um mesmo programa ou de um programa para outro, de uma mesma ação, ou de uma ação para outra;

§2º. Até 20% (vinte por cento) com base no percentual e limites definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO/2026 do total da Despesa fixada inicialmente nesta Lei para os orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias, mediante a utilização dos recursos provenientes:

a) Da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal Nº 4.320/64.

b) Da incorporação de superávit financeiro, efetivamente apurados em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal Nº 4.320/64.

c) Da incorporação de excesso de arrecadação em bases constantes art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal Nº 4.320/64;

d) Da reserva de contingência;

§3º. As alterações de que trata o caput deste artigo, serão feitas por Decreto no âmbito do Poder Executivo e Poder Legislativo.

§4º. A transposição, remanejamento e transferência serão admitidas e deverão ser efetivados através de decreto no âmbito do Poder Executivo e Poder Legislativo.

§5º. O percentual de limite previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias abrange os créditos adicionais suplementares, o remanejamento, a transposição e a transferência.

CAPITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite previsto no inciso III do art. 167 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), podendo oferecer, em garantia, parcelas de Recursos do Tesouro Municipal.

Art. 12. Fica o Poder Executivo, autorizado a proceder a atualização de valores da Receita Fiscal e da Seguridade Social, procedendo a reestimativa de Receita em função de comportamento dos ingressos de recursos.

Art. 13. O orçamento do Instituto Municipal de Previdência Social IPRAM, do município de Espigão do Oeste, para o exercício de 2026 estima receita de R\$ R\$ 13.913.248,00 (treze milhões, novecentos e treze mil e duzentos e quarenta e oito reais) fixa despesa de igual valor, conforme Quadro Nº 15 Receita e Despesa da Administração indireta, anexo nesta Lei.

Art. 14. A utilização das dotações com origem de recursos em convênio operações de crédito ficam condicionadas a celebração dos instrumentos de convênios, e assegurado o montante necessário a contrapartidas.

Art. 15. As classificações das dotações previstas nos anexos desta Lei, as classificações do ementaria da receita e despesa, as fontes de financiamento do Orçamento, as codificações orçamentárias e suas denominações poderão ser revisadas e/ou alteradas, se necessário, no ato de abertura do orçamento e de acordo com as necessidades de execução, desde que mantido o valor total do subtítulo e observadas as demais condições de que trata este artigo.

§1º. As alterações de que trata o caput poderão ser realizadas se:

a) para atender determinações da Secretaria de Tesouro Nacional ou do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, ocorridas durante a apreciação do projeto de Lei pelo Poder Legislativo;

b) constatado erro material nas fontes de financiamento, nos identificadores de uso;
c) desde que constatado erro de ordem técnica ou legal as denominações das classificações orçamentárias; e

d) necessário ajuste na codificação orçamentária decorrentes da necessidade de adequação à classificação vigente.

§2º. As correções de que trata o caput não impliquem em mudança de valores, mais somente relativas a classificação orçamentária.

Art. 16. A SEMPLAN - Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento divulgará, no prazo de 30 dias, após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os quadros de detalhamento de despesa, por unidade orçamentária, de cada Órgão, Fundo e Entidade, dos Orçamentos Fiscais e de Seguridade Social, especificando para cada categoria de programação a fonte, a categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação e o elemento da despesa.

Art. 17. Integram essa Lei os seguintes Anexos:

- a) Tabela Explicativa - Evolução da Receita;
- b) Tabela Explicativa Evolução da Despesa;
- c) Tabela Explicativa Demonstrativo da Despesa por Programa;
- d) Tabela Explicativa Relação de Projetos;
- e) Tabela Explicativa Relação de Atividades;
- f) Anexo 01 Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;
- g) Anexo 2.a Receitas Segundo as Categorias Econômicas;
- h) Anexo 2.b Natureza de Despesa Consolidação Geral;
- i) Anexo 2.c Natureza da Despesa por Órgão;
- j) Anexo 2.d Natureza da Despesa por Órgão e Unidade;
- k) Anexo 6 Programa de Trabalho;

l) Anexo 7 Programa de Trabalho do Governo Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos, Atividade e Operações Especiais;

- m) Anexo 8 Despesa por Função, Subfunção e Programas de Trabalho Conforme o Vínculo com os Recursos;
- n) Anexo 9 Demonstrativo das Despesas por Órgão e Funções de Governo;
- o) Anexo 10.b Receita e Despesa da Administração Indireta;
- p) Anexo 11 Orçamento da Seguridade Social;
- q) Quadro Receita Prevista;
- r) Quadro de Despesa por Função;
- s) Quadro Auxiliar de Detalhamento da Despesa.

Art. 18. Esta Lei entrará em vigor no dia 01 de janeiro de 2026, revogando as disposições em contrário.

Palácio Laurita Fernandes Lopes, Espigão do Oeste/RO, 24 de dezembro de 2025.

Weliton Pereira Campos
Prefeito Municipal

Rua Rio Grande do Sul, 2800 - B. Vista Alegre - Espigão do Oeste/RO - CEP: 76.974-000

Contato: (69)3481-1400 - Site: www.espigaodooeste.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **Sueli Balbinot da Silva, Procuradora Geral do Município - OAB/RO 6706**, em 24/12/2025 às 08:51, horário de Espigão do Oeste/RO, com fulcro no art. 17 do [Decreto nº 4.474 de 28/08/2020](#).



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **Weliton Pereira Campos, Prefeito Municipal**, em 24/12/2025 às 09:18, horário de Espigão do Oeste/RO, com fulcro no art. 17 do [Decreto nº 4.474 de 28/08/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.espigaodooeste.ro.gov.br, informando o ID **1304934** e o código verificador **64310C9A**.

Anexos			
Seq.	Documento	Data	ID
1	Tabela Explicativa - Evolução da Receita	18/11/2025	1265643
2	Tabela Explicativa - Evolução da Despesa	18/11/2025	1265676
3	Tabela Explicativa - Demonstrativo da Despesa por Program	18/11/2025	1265678
4	Tabela Explicativa - Relação de Projetos	18/11/2025	1265679
5	Tabela Explicativa - Relação de Atividades	22/09/2025	1213045
6	Anexo 01 - Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as	18/11/2025	1265682
7	Anexo 2a - Receita Segundo as Categorias Econômicas	18/11/2025	1265684
8	Anexo 2b - Natureza da Despesa Consolidação Geral	18/11/2025	1265686
9	Anexo 2c - Natureza da Despesa	18/11/2025	1265690
10	Anexo 2d - Natureza da Despesa por Orgão e Unidade	18/11/2025	1265731
11	Anexo 06 - Programa de Trabalho	18/11/2025	1265735
12	Anexo 07 - Programa de Trabalho, Função e Subfunção	18/11/2025	1265739

Anexos

Seq.	Documento	Data	ID
13	Anexo 08 - Despesa por Função e Subfunção	18/11/2025	1265743
14	Anexo 09 - Demon Despesas por Orgão e Funções de Governo	18/11/2025	1265746
15	Anexo 10b - Receita e Despesa da Administração Indireta	22/09/2025	1213114
16	Anexo 11 - Seguridade Social	22/09/2025	1213118
17	Quadro da receita prevista	18/11/2025	1265747
18	Quadro da Despesa Orçada por Função	18/11/2025	1265752
19	Quadro Auxiliar de Detalhamento da Despesa	18/11/2025	1265755
20	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 01	24/12/2025	1305170
21	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 02	24/12/2025	1305171
22	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 03	24/12/2025	1305172
23	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 04	24/12/2025	1305173
24	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 05	24/12/2025	1305174
25	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 06	24/12/2025	1305175
26	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 07	24/12/2025	1305176
27	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 08	24/12/2025	1305177
28	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 09	24/12/2025	1305178
29	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 10	24/12/2025	1305179
30	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 11	24/12/2025	1305180
31	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 12	24/12/2025	1305181
32	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 13	24/12/2025	1305182
33	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 14	24/12/2025	1305183
34	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 15	24/12/2025	1305184
35	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 16	24/12/2025	1305185
36	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 17	24/12/2025	1305186
37	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 18	24/12/2025	1305187
38	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 19	24/12/2025	1305188
39	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 20	24/12/2025	1305189
40	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 21	24/12/2025	1305216
41	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 22	24/12/2025	1305217
42	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 23	24/12/2025	1305218
43	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 24	24/12/2025	1305219
44	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 25	24/12/2025	1305220
45	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 26	24/12/2025	1305221
46	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 27	24/12/2025	1305222
47	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 28	24/12/2025	1305223
48	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 29	24/12/2025	1305224
49	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 30	24/12/2025	1305225
50	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 31	24/12/2025	1305226
51	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 32	24/12/2025	1305227
52	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 33	24/12/2025	1305228
53	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 34	24/12/2025	1305229
54	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 35	24/12/2025	1305230
55	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 36	24/12/2025	1305231
56	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 37	24/12/2025	1305232
57	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 38	24/12/2025	1305233
58	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 39	24/12/2025	1305234
59	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 40	24/12/2025	1305236
60	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 41	24/12/2025	1305237
61	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 42	24/12/2025	1305238
62	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 43	24/12/2025	1305239
63	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 44	24/12/2025	1305240
64	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 45	24/12/2025	1305241
65	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 46	24/12/2025	1305242
66	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 47	24/12/2025	1305243
67	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 48	24/12/2025	1305244
68	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 49	24/12/2025	1305245
69	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 50	24/12/2025	1305246
70	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 51	24/12/2025	1305247
71	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 52	24/12/2025	1305248
72	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 53	24/12/2025	1305249
73	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 54	24/12/2025	1305250
74	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 55	24/12/2025	1305251
75	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 56	24/12/2025	1305252

Anexos

Seq.	Documento	Data	ID
76	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 57	24/12/2025	1305253
77	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 58	24/12/2025	1305254
78	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 59	24/12/2025	1305255
79	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 60	24/12/2025	1305256
80	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 61	24/12/2025	1305257
81	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 62	24/12/2025	1305258
82	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 63	24/12/2025	1305259
83	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 64	24/12/2025	1305260
84	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 65	24/12/2025	1305261
85	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 66	24/12/2025	1305262
86	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 67	24/12/2025	1305263
87	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 68	24/12/2025	1305264
88	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 69	24/12/2025	1305265
89	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 70	24/12/2025	1305266
90	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 71	24/12/2025	1305267
91	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 72	24/12/2025	1305268
92	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 73	24/12/2025	1305269
93	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 74	24/12/2025	1305270
94	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 75	24/12/2025	1305271
95	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 76	24/12/2025	1305272
96	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 77	24/12/2025	1305273
97	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 78	24/12/2025	1305274
98	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 79	24/12/2025	1305275
99	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 80	24/12/2025	1305276
100	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 81	24/12/2025	1305277
101	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 82	24/12/2025	1305278
102	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 83	24/12/2025	1305279
103	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 84	24/12/2025	1305280
104	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 85	24/12/2025	1305281
105	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 86	24/12/2025	1305282
106	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 87	24/12/2025	1305283
107	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 88	24/12/2025	1305284
108	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 89	24/12/2025	1305285
109	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 90	24/12/2025	1305286
110	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 91	24/12/2025	1305287
111	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 92	24/12/2025	1305288
112	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 93	24/12/2025	1305289
113	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 94	24/12/2025	1305290
114	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 95	24/12/2025	1305291
115	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 96	24/12/2025	1305292
116	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 97	24/12/2025	1305293
117	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 98	24/12/2025	1305294
118	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 99	24/12/2025	1305295
119	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 100	24/12/2025	1305296
120	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 101	24/12/2025	1305297
121	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 102	24/12/2025	1305298
122	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 103	24/12/2025	1305299
123	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 104	24/12/2025	1305300
124	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 105	24/12/2025	1305301
125	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 106	24/12/2025	1305302
126	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 107	24/12/2025	1305303
127	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 108	24/12/2025	1305304
128	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 109	24/12/2025	1305305
129	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 110	24/12/2025	1305306
130	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 111	24/12/2025	1305307
131	Emenda Impositiva Emenda Impositiva 112	24/12/2025	1305308
132	Emenda Modificativa 01	24/12/2025	1305310
133	Comprovante de Publicação (Portal) 2512300026	30/12/2025	1309978

Referência: [Processo nº 27-5069/2025.](#)

Docto ID: 1304934 v1

02	FERNANDA WILL AFONSO	19/06/1988	76
03	MARKIELE ALVES DE SOUZA NEVES	28/12/1990	63,5
04	RENATA GONÇALVES CRUZ	04/08/1982	18
05	SANDRO JUNIOR DA SILVA COSTA	13/10/1994	68

SEMED - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
PROFESSOR PEDAGOGIA - ZONA RURAL			
ESCOLA TANCREDO DE ALMEIDA NEVES			
ORDEM ALFABÉTICA	NOME DO CANDIDADO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA
01	ALESSANDRA WUTH ARAGÃO	16/10/1990	36
02	ANA PAULA NOARO NINKE	06/12/1996	18
03	ANDREIA ANTUNES DE SOUZA	12/08/1982	65
04	ANITA ALVES SANTANA DE OLIVEIRA	16/07/1972	68,5
05	CRISLAINE GAMA DOS PASSOS MENDES	17/01/1993	10
06	DEISY MARA NERI SANTANA	28/09/1986	70
07	JANAINA GALEANO DA SILVA	22/04/1998	10
08	KATTIUCE GRAZIELLY DE SOUZA PEREIRA	29/01/1994	57
09	MANUELA APARECIDA SALAZAR	29/05/1994	56
10	MARIA LUCIA GONÇALVES REINALDO	05/08/1978	45,5
11	MARINALVA DELFINO PIMENTA DO NASCIMENTO	04/10/1988	25
12	RAYANNE RODRIGUES GOMES	30/12/1994	22
13	ROSANGELA MORETTI DE CARVALHO	01/10/1964	76
14	SIVANILDA DE SOUZA BARBOSA	25/04/1977	73
15	VANILZA ALVES DE SOUZA PROCÓPIO	21/11/1979	76

Informamos que o prazo para interposição de recursos será de 24 a 26 de dezembro de 2025. Onde deverá ser encaminhado pelo candidato que tenha algum questionamento o formulário de recurso à comissão do Teste Seletivo por meio do correio eletrônico: selecaoemed2025@gmail.com.
O formulário encontra-se no Anexo IV do Edital - 04/2025 - SEMED.

ESPIGÃO D' OESTE - RO, 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

COMISSÃO DO CONCURSO SELETIVO Nº
004/2025 PORTARIA Nº. 2627/GAB/2025.
Protocolo 54648

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO

LEI Nº 3.030, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.
"ALTERA O PLANO DE AMORTIZAÇÃO PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO DO OESTE/RO - IPRAM, CONFORME DIRETRIZES EMANADAS PELA PORTARIA MPS Nº 1467/2022 E SUAS ALTERAÇÕES".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO DO OESTE, estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso IV da Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

- Art. 1º.** Fica equacionado o déficit estabelecido na avaliação atuarial de 2025, realizada no mês de maio de 2025 que será amortizado conforme a tabela do anexo único desta lei, ressaltando que as alterações futuras deverão ocorrer em janeiro de cada exercício, com exceção do exercício de 2025, cuja aplicação deverá ser imediata.
- Art. 2º.** O déficit mencionado no caput do artigo anterior será amortizado até 2065, a contar da publicação desta lei, o qual somara a alíquota suplementar com a alíquota normal que será estipulada a cada ano por reavaliações atuariais.
- Art. 3º.** A cada exercício os índices indicados na tabela do anexo único desta lei poderão ser revistos conforme variação do déficit indicado na avaliação atuarial, sendo o plano de amortização usado como referência nesta lei.
- Art. 4º.** O inciso IV do artigo 11 da Lei Municipal nº 2.417, de 28 de setembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação.

- Art. 11 [...]**
- IV -** O plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial anual será repassado através de alíquotas complementares mensais provenientes da Administração Direta, Indireta e da Câmara Municipal, estruturado sob a forma de aplicação de alíquotas progressivas igual a 1,40% (um inteiro e quarenta décimos por cento), o qual somará ao Custo Normal, conforme Tabela constante no Anexo Único, parte integrante desta lei.
- Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor a partir do primeiro dia do mês subsequente ao de sua publicação, após o período de noventa e um dias de acordo com §6º do artigo 195 da Constituição Federal, revogam-se as disposições em contrário.
- Palácio Laurita Fernandes Lopes, Espigão do Oeste/RO, 23 de dezembro de 2025.

Weliton Pereira Campos
Prefeito Municipal
Protocolo 54660

LEI Nº 3.032, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2025.
"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO DO OESTE PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026".
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO DO OESTE, estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso IV da Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- Art. 1º.** Esta Lei estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Espigão do Oeste para o exercício financeiro de 2026, compreendendo:
- I. O Orçamento Fiscal, referente aos Poderes Executivo e Legislativo do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- II. O Orçamento da Seguridade Social abrangendo todas as entidades e órgãos a eles vinculados, da Administração Municipal Direta e Indireta, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.
- §1º. O Orçamento do Município de Espigão do Oeste constitui-se em peça orçamentária única, compreendendo todas as receitas e despesas para exercício financeiro de 2026.

CAPÍTULO II
DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Art. 2º. O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Espigão do Oeste, em obediência ao princípio do equilíbrio das contas públicas de que trata a Lei Complementar nº 101/2000, art. 1º, §1º, fica estabelecido em igual valor entre a receita estimada e a soma das despesas autorizadas acrescida da reserva de contingência.

SEÇÃO I
DA ESTIMATIVA DA RECEITA
Art. 3º. A Receita Orçamentária a preços correntes é estimada em R\$ 188.509.434,00 (cento e oitenta e oito milhões, quinhentos e nove mil, quatrocentos e trinta e quatro reais) desdobrada nos seguintes agregados:

I. O Orçamento Fiscal, em R\$ 152.115.756,00 (cento e cinquenta e dois milhões, cento e quinze mil e setecentos e cinquenta e seis reais), e;

II. O Orçamento da Seguridade Social em R\$ 36.393.678,00 (trinta e seis milhões trezentos e noventa e três mil e seiscentos e setenta e oito reais).

Art. 4º - A Receita do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social decorrerá através da arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital na forma da Legislação vigente e das especificações constantes no Anexo Nº 2.a Receita Segundo as Categorias Econômicas, desta lei.

SEÇÃO II
DA FIXAÇÃO DA DESPESA
Art. 5º. A Despesa Orçamentária Total, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 188.509.434,00 (cento e oitenta e oito milhões, quinhentos e nove mil, quatrocentos e trinta e quatro reais), por órgão e função, apresentando o desdobramento nos seguintes agregados:

I. O Orçamento Fiscal em R\$ 139.033.993,00 (cento e trinta e nove milhões, trinta e três mil e novecentos e noventa e três reais), e;

II. O Orçamento da Seguridade Social em R\$ 49.475.441,00 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil e quatrocentos e quarenta e um reais).

Parágrafo único. Do montante fixado no inciso II deste artigo, a parcela de R\$ 13.081.763,00 (treze milhões, oitenta e um mil e setecentos e sessenta e três reais) será custeada com recursos do orçamento fiscal.

Art. 6º. A Despesa será realizada de acordo com as discriminações constantes nos Anexos Nº 2.b Consolidação Geral por Natureza de Despesa, à conta de recursos próprios, transferências constitucionais e voluntárias, da Administração Direta e Indireta, Fundos e Autarquias.

CAPÍTULO III

DA APRESENTAÇÃO E ALTERAÇÃO DO ORÇAMENTO

SEÇÃO I

DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 7º. Fica o Poder Executivo autorizado a desdobrar a receita orçamentária até o nível solicitado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rondônia para acompanhamento da execução do orçamento.

Art. 8º. A despesa autorizada e apresentada por órgão e unidade orçamentária, são dispostas em dotações orçamentárias atribuídas a créditos orçamentários, organizados pela classificação da despesa funcional, de estrutura programática e natureza da despesa até o nível de elemento da despesa e seus respectivos desdobramentos.

Parágrafo único. Fica autorizado ao Poder Executivo e ao Legislativo, para fins de execução orçamentária, criar, transferir valores ou extinguir desdobramentos à classificação orçamentária da despesa por elementos de despesa.

SEÇÃO II

DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO

Art. 9º. A Despesa total, fixada por órgão e função, está definida nos Anexo Nº 09 Demonstrativo das Despesas por Órgão e Funções de Governo, desta Lei.

SEÇÃO III

DA AUTORIZAÇÃO E DOS LIMITES PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 10. No curso da execução orçamentária fica autorizado a abertura de crédito adicionais suplementares de dotações orçamentárias:

§1º. De uma mesma categoria econômica, ou de uma categoria econômica para outra, dentro da mesma unidade orçamentária ou de uma unidade orçamentária para outra, de um mesmo programa ou de um programa para outro, de uma mesma ação, ou de uma ação para outra;

§2º. Até 20% (vinte por cento) com base no percentual e limites definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO/2026 do total da Despesa fixada inicialmente nesta Lei para os orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias, mediante a utilização dos recursos provenientes:

a) Da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal Nº 4.320/64.

b) Da incorporação de superávit financeiro, efetivamente apurados em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal Nº 4.320/64.

c) Da incorporação de excesso de arrecadação em bases constantes art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal Nº 4.320/64;

d) Da reserva de contingência;

§3º. As alterações de que trata o caput deste artigo, serão feitas por Decreto no âmbito do Poder Executivo e Poder Legislativo.

§4º. A transposição, remanejamento e transferência serão admitidas e deverão ser efetivados através de decreto no âmbito do Poder Executivo e Poder Legislativo.

§5º. O percentual de limite previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias abrange os créditos adicionais suplementares, o remanejamento, a transposição e a transferência.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite previsto no inciso III do art. 167 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), podendo oferecer, em garantia, parcelas de Recursos do Tesouro Municipal.

Art. 12. Fica o Poder Executivo, autorizado a proceder a atualização de valores da Receita Fiscal e da Seguridade Social, procedendo a reestimativa de Receita em função de comportamento dos ingressos de recursos.

Art. 13. O orçamento do Instituto Municipal de Previdência Social IPRAM, do município de Espigão do Oeste, para o exercício de 2026 estima receita de R\$ R\$ 13.913.248,00 (treze milhões, novecentos e treze mil e duzentos e quarenta e oito reais) fixa despesa de igual valor, conforme Quadro Nº 15 Receita e Despesa da Administração indireta, anexo nesta Lei.

Art. 14. A utilização das dotações com origem de recursos em convênio operações de crédito ficam condicionadas a celebração dos instrumentos

de convênios, e assegurado o montante necessário a contrapartidas.

Art. 15. As classificações das dotações previstas nos anexos desta Lei, as classificações do ementaria da receita e despesa, as fontes de financiamento do Orçamento, as codificações orçamentárias e suas denominações poderão ser revisadas e/ou alteradas, se necessário, no ato de abertura do orçamento e de acordo com as necessidades de execução, desde que mantido o valor total do subtítulo e observadas as demais condições de que trata este artigo.

§1º. As alterações de que trata o caput poderão ser realizadas se:

a) para atender determinações da Secretaria de Tesouro Nacional ou do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, ocorridas durante a apreciação do projeto de Lei pelo Poder Legislativo;

b) constatado erro material nas fontes de financiamento, nos identificadores de uso;

c) desde que constatado erro de ordem técnica ou legal as denominações das classificações orçamentárias; e

d) necessário ajuste na codificação orçamentária decorrentes da necessidade de adequação à classificação vigente.

§2º. As correções de que trata o caput não impliquem em mudança de valores, mais somente relativas a classificação orçamentária.

Art. 16. A SEMPLAN - Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento divulgará, no prazo de 30 dias, após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os quadros de detalhamento de despesa, por unidade orçamentária, de cada Órgão, Fundo e Entidade, dos Orçamentos Fiscais e de Seguridade Social, especificando para cada categoria de programação a fonte, a categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação e o elemento da despesa.

Art. 17. Integram essa Lei os seguintes Anexos:

a) Tabela Explicativa - Evolução da Receita;

b) Tabela Explicativa Evolução da Despesa;

c) Tabela Explicativa Demonstrativo da Despesa por Programa;

d) Tabela Explicativa Relação de Projetos;

e) Tabela Explicativa Relação de Atividades;

f) Anexo 01 Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;

g) Anexo 2.a Receitas Segundo as Categorias Econômicas;

h) Anexo 2.b Natureza de Despesa Consolidação Geral;

i) Anexo 2.c Natureza da Despesa por Órgão;

j) Anexo 2.d Natureza da Despesa por Órgão e Unidade;

k) Anexo 6 Programa de Trabalho;

l) Anexo 7 Programa de Trabalho do Governo Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos, Atividade e Operações Especiais;

m) Anexo 8 Despesa por Função, Subfunção e Programas de Trabalho Conforme o Vínculo com os Recursos;

n) Anexo 9 Demonstrativo das Despesas por Órgão e Funções de Governo;

o) Anexo 10.b Receita e Despesa da Administração Indireta;

p) Anexo 11 Orçamento da Seguridade Social;

q) Quadro Receita Prevista;

r) Quadro de Despesa por Função;

s) Quadro Auxiliar de Detalhamento da Despesa.

Art. 18. Esta Lei entrará em vigor no dia 01 de janeiro de 2026, revogando as disposições em contrário.

Palácio Laurita Fernandes Lopes, Espigão do Oeste/RO, 24 de dezembro de 2025.

Weliton Pereira Campos

Prefeito Municipal

Protocolo 54661

LEI Nº 3.033, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2025.

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI DE ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE EPIGÃO DO OESTE, estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso IV, e artigo 84 da Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Ficam estabelecidas as diretrizes para o orçamento municipal de 2026, compreendendo:

I. As orientações gerais de elaboração e execução;

II. As prioridades e metas operacionais;

